
LUTAS SOCIOTERRITORIAIS NAS FRONTEIRAS DAS MINAS COM OS GERAIS

SOCIO-TERRITORIAL STRUGGLES ON THE BORDERS BETWEEN MINAS AND GERAIS

LUCHAS SOCIOTERRITORIALES EN LAS FRONTERAS ENTRE MINAS Y GERAIS

Fernanda Testa Monteiro¹ <https://orcid.org/0000-0003-2605-1853>

¹ Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora Pós-doutoranda do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo. E-mail: fernandamonteiro5@hotmail.com

RESUMO

Em Minas Gerais, comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas habitam a porção meridional da Serra do Espinhaço nas proximidades do município de Diamantina. O presente artigo trata da formação territorial da área central do Estado de Minas Gerais e utilizou, para tal, revisão bibliográfica, análise documental histórica e observação participante. A análise evidenciou que se trata de uma área de ocupação antiga no estado que tem particularidades na sua formação territorial, enquanto formação econômico-social, com atualizações na conjuntura atual que delineiam fronteiras entre as “minas” e o “gerais”. No atual contexto incidem projetos político-econômicos, públicos e privados, sobre as terras ancestrais dessas comunidades agrárias, gerando lutas socioterritoriais que revelam aspectos da contemporaneidade do campo brasileiro e desvelam a questão agrária dessa área como pano de fundo dos conflitos em tela.

Palavras-chave: Formação territorial. Fronteiras. Comunidades apanhadoras de flores. Lutas socioterritoriais.

ABSTRACT

In Minas Gerais, the sempre-vivas flower gatherers communities inhabit the southern portion of Serra do Espinhaço, near the municipality of Diamantina. This article deals with the territorial formation of the central area of the State of Minas Gerais and used, for this purpose, a bibliographic review, historical document analysis and participant observation. The analysis showed that It is an area of ancient occupation in the state that has particularities in its territorial formation, as an economic-social formation, with updates in the current conjuncture that delineate borders between the "mines" and the "gerais". In the current context, public and



private political-economic projects focus on the ancestral lands of these agrarian communities, generating socio-territorial struggles that reveal aspects of the contemporaneity of the Brazilian reality and reveal the agrarian question of this area as a backdrop to the conflicts in question.

Keywords: Territorial formation. Borders. flower gathering communities, socio-territorial struggles.

RESUMEN

En Minas Gerais, comunidades que recolectan flores llamadas siempre-vivas habitan la porción sur de la Sierra del Espinhaço, cerca del municipio de Diamantina. Este artículo trata de la formación territorial del área central del Estado de Minas Gerais y utilizó, para tal fin, una revisión bibliográfica, análisis de documentos históricos y observación participante. El análisis logró que se trata de una zona de antigua ocupación en el estado que presenta particularidades en su conformación territorial, como formación económica y social, con actualizaciones en la actualidad que delimitan fronteras entre las “minas” y lo “gerais”. En el contexto actual, los proyectos político-económicos públicos y privados se centran en las tierras ancestrales de estas comunidades agrarias, generando luchas socioterritoriales que revelan aspectos de la contemporaneidad del campo brasileño y apuntan la cuestión agraria de esta zona en la base de los conflictos en cuestión.

Palabras clave: Formación territorial. Fronteras. Comunidades recolectoras de flores. Luchas socioterritoriales. Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, a área que compreende o município de Diamantina e adjacências, em Minas Gerais, vem sendo palco de conflitos diversos entre comunidades agrárias e parques (unidades de conservação integral da natureza), empreendimentos de mineração, latifúndios de monocultivo de eucalipto e de pecuária extensiva. Essas comunidades agrárias habitam a porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais. Em termos de divisão política, a área analisada compreende as mesorregiões estatais: Vale do Jequitinhonha (nordeste do estado), Central de Minas e Norte de Minas². A Serra do Espinhaço é também conhecida como cordilheira e cadeia, que se inicia em Minas Gerais e adentra a Bahia até a divisa com o Piauí, constituindo um grande divisor entre as bacias hidrográficas do centro-leste brasileiro (COMIG e IGC/UFMG, 1997).

² Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>, (acesso em outubro de 2018).

Em Minas Gerais, a Serra do Espinhaço apresenta dois compartimentos de planalto - meridional e setentrional - separados por uma zona deprimida alongada na direção SE-NW, que passa ao norte de Diamantina (MG) (SAADI, 1995). Sua porção meridional, que vai da área conhecida como Cipó (ao norte da capital mineira) até o Município de Olhos D'Água (ao norte de Diamantina), contém nascentes de rios e afluentes que drenam para diferentes bacias (Rio Doce, Rio Jequitinhonha e Rio São Francisco). Elas são responsáveis pelo abastecimento de importantes cidades das regiões Sudeste e Nordeste do país.

Os ambientes presentes na área em questão estão sob domínio do cerrado. Esse domínio morfoclimático e fitogeográfico foi ressaltado pela importância da sua biodiversidade e seu papel no armazenamento e reposição de água para a alimentação dessas importantes bacias hidrográficas brasileiras. Assim como, pela necessidade de se preservá-lo frente ao desmatamento provocado nas últimas décadas pela exploração de monoculturas agrícolas, silvicultura e pela pecuária praticada por grandes latifúndios (AB'SÁBER, 2003). Cabe ressaltar que tanto o Vale do Jequitinhonha como o Norte de Minas estão inseridos no semiárido brasileiro. Portanto, a água proveniente das nascentes localizadas na Serra significa, em muitos casos, a única possibilidade de dessedentação humana e animal das localidades/comunidades agrárias situadas nesses locais.

A área de nossa análise está situada no Espinhaço Meridional nas proximidades da cidade de Diamantina. Trata de uma área de ocupação antiga (ISNARDIS, 2009) e diferenciada no processo de colonização de Minas Gerais, com destaque para o extrativismo mineral, que atraiu sobremaneira as atenções e investimentos da Coroa Portuguesa (MACHADO FILHO, 1980).

Este trabalho volta-se para a compreensão das lutas engendradas por comunidades camponesas e quilombolas que se autodefinem como “apanhadores de flores sempre-vivas”, considerando elementos de sua formação territorial e da conjuntura atual com o objetivo de apreender a realidade no bojo do contexto do campo brasileiro atual. Ou seja, tem-se em consideração a dualidade da totalidade, em movimento e em transformação, e das particularidades da área analisada, bem como a atualização de aspectos relevantes à formação territorial brasileira enquanto formação econômico-social como um processo histórico-materialista que se realiza segundo conjunturas diferenciadas. Para tal, a análise se deu na perspectiva teórica materialista histórica (MARX, 2009) e foi realizada revisão bibliográfica, análise de documentos históricos e trabalho de campo com observação participante (OLIVEIRA, 1996) entre 2017 a 2018.

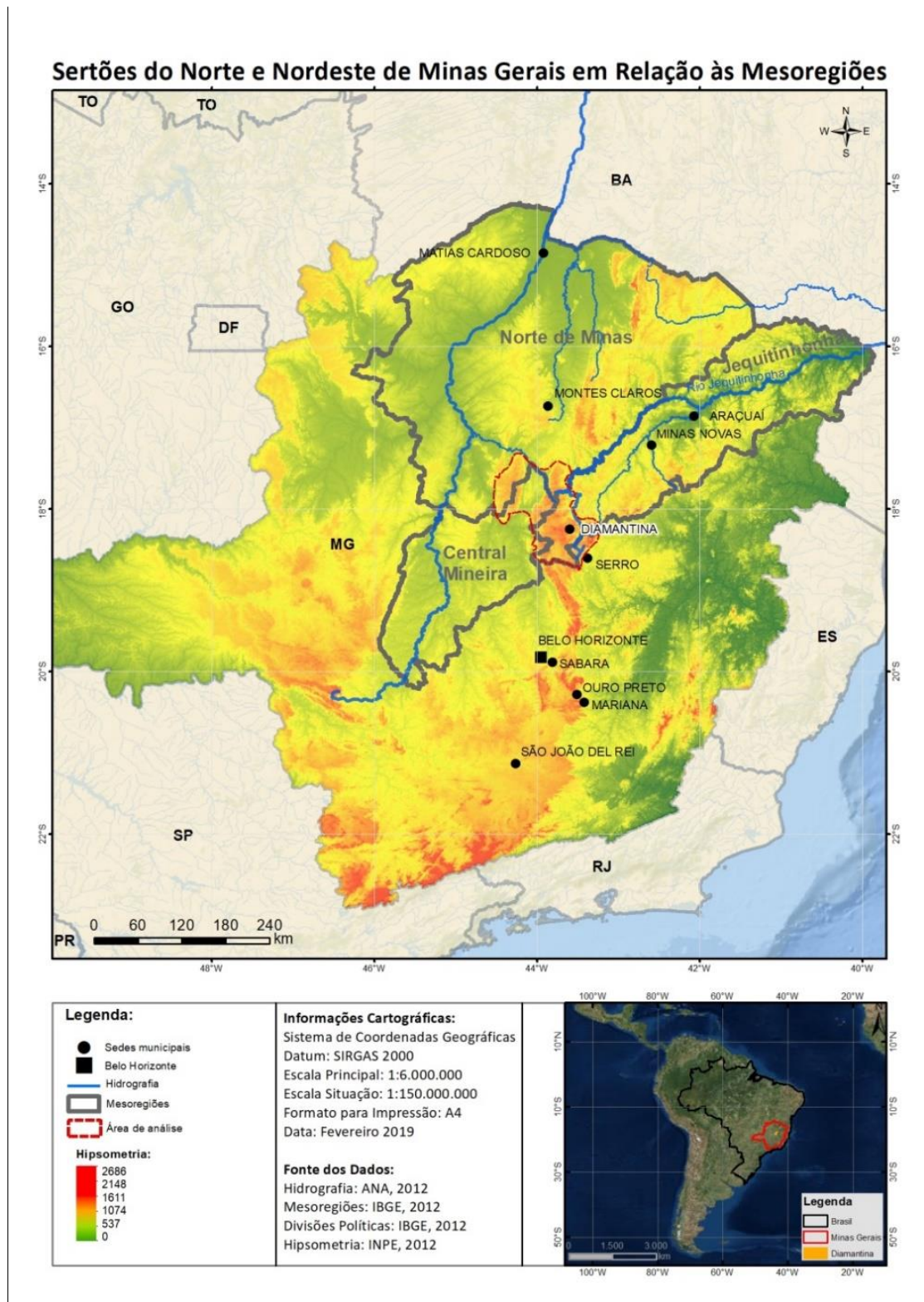
A PORÇÃO MERIDIONAL DA SERRA DO ESPINHAÇO NAS FRONTEIRAS DAS MINAS COM OS GERAIS

Em campo, nos deparamos com as referências “serão”, “serra” e “beiras do Jequitinhonha” amplamente utilizadas pelas comunidades agrárias. Isso nos apontou a necessidade de se compreender os sentidos atribuídos a tais categorias êmicas levando-se em conta o contexto de enunciação pelos sujeitos na atualidade, como também os processos territoriais implicados ao longo do tempo/espaço em um movimento do presente que interroga o passado.

Nesse sentido, Ribeiro (2005), a partir de estudos etimológicos apontou que a origem do termo *sertão* vem de *desertão*, e, possivelmente, expressava a noção, presente no expansionismo europeu pelo planeta, a constituir-se como centro que irradiava civilização para os vários “sertões” a serem conquistados. O termo já era utilizado em Portugal desde o século XIV, para fazer referência a áreas no interior de seu território distantes de Lisboa.

Nas considerações de Ribeiro (2005), no Brasil, a ideia de “sertão” como deserto podia expressar a população rarefeita, talvez associada à forma como as áreas foram apropriadas, durante a colonização, pelas grandes fazendas de gado a partir da obtenção de sesmarias. Ao mesmo tempo, como em outras áreas colonizadas do mundo, o uso do termo “deserto” foi uma forma de descaracterizar toda a ocupação anterior daquele território por outras sociedades, para justificar a penetração “civilizatória” sobre esse “vazio” humano, sendo que os que ali se encontravam eram tidos como “bárbaros” a serem “civilizados”. No imaginário brasileiro, encontram-se vestígios dessas significações, que empunham discursos do “sertão” como o “atrasado” a ser “modernizado”.

Mapa 01: “Sertões” do norte e nordeste de Minas Gerais, principais vilas/arraiais coloniais, bacias hidrográficas de referência e mesoregiões de planejamento estatal atual na área analisada



Fonte: Monteiro, F.T. (2019).

Na sua conceituação geográfica, o sertão, para Moraes (2009) não é apenas uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica. É um discurso valorativo referente ao território, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes. Tem-se “sertão” como qualificativo de lugares; um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão; uma figura do imaginário da conquista territorial, e um conceito que, ao classificar uma localização, opera uma apropriação simbólica do lugar. O termo sertões qualifica caatingas, cerrados, florestas e campos, o que o torna um conceito nada ingênuo, veículo de difusão no território.

A partir de nossos estudos identificamos que no período colonial, os sertões diziam respeito ao interior do Brasil a ser colonizado, em relação/contraposição à costa litorânea, onde a instalação portuguesa foi iniciada ainda no século XVI. Na área que compreende o atual estado de Minas Gerais, após a descoberta das minas e a intensa ocupação e urbanização ao redor delas durante o século XVIII, os sertões passaram a ser considerados como as áreas que estavam para além daquelas então ocupadas, territorializadas (RAFFESTIN, 1983), sob hegemonia portuguesa (sobretudo daqueles deslocados de São Paulo considerados “paulistas”).

Portanto, à medida em que a mineração avançava, com a descoberta e exploração de novas jazidas, o “sertão” virava “minas” e ia se deslocando enquanto fronteira, numa relação dual, não dicotômica, e dialética da transformação sertão-minas, segundo avançava a territorialização desse “interior” da colônia portuguesa. Isso se dava concretamente por meio de povoações colonizadoras, com centralidades político-administrativas e de exploração econômica das minas. Isso fica expresso no trecho a seguir, que trata do “sertão” no interior do Distrito Diamantino colonial, onde foram descobertas jazidas de salitre “nas nitreiras da Serra do Cabral em 1799”, conforme exposto por Machado Filho (1980, p.66, grifos nossos): “Só as nitreiras dos sertões do distrito diamantino, conclui, podiam suprir a pólvora do Brasil inteiro”. Tratava-se, nesse caso, de uma área de mineração colonial delimitada, sendo o sertão o “interior” desse distrito das minas.

Dessa forma, a territorialização europeia das minas mantinha relação com os sertões a serem explorados e com as fazendas que já tinham territorializado ou estavam territorializando esses sertões. Isso vai ao encontro dos apontamentos de Moraes (2009), segundo os quais o sertão se dá de forma contrastiva. O autor destacou que sertão se trata de uma imagem construída, que se faz no contraste, na relação com o não-sertão, pois necessita

de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. O termo refere-se, pois, a uma condição e não a um lugar geográfico com limites definidos.

Por outro lado, há uma particularidade na formação territorial de Minas Gerais, referente ao encontro de frentes de colonização portuguesas que se confrontaram na disputa por jazidas e pelo monopólio do comércio na “área das minas”, que foi a Guerra dos Emboabas (1707-1709), um conflito entre “paulistas” e “baianos”³. Prado Jr (1961) considerou que os “paulistas” já tinham entrado nessas áreas em busca de minas, mas sem estabelecer continuidade de povoamento. Quando ocorriam estabelecimentos fixos, esses se destacavam de seu ponto de origem (São Paulo). Já os “baianos”, segundo o autor, vinham progressivamente ocupando as margens do São Francisco, tendo já no século XVII alcançado seu afluente, o rio das Velhas, povoando e colonizando o território por meio de fazendas de pecuária, sendo que essa área referia-se a um prolongamento, geográfico e histórico, da Bahia (e de Pernambuco)⁴. Ou seja, os baianos vinham numa frente de colonização com ocupação permanente, em especial ao longo do rio São Francisco, ao norte do atual estado de Minas Gerais, devendo-se destacar a importância da pecuária na conquista territorial europeia.

Porém, Neves (1998) demonstrou que também já havia, desde o século XVII, “paulistas” em fazendas de pecuária às margens do rio São Francisco. Isso indica que a territorialização dessas frentes colonizadoras nesses sertões já ocorriam nessa área, ainda que a intensidade possa ter sido diferente em termos da presença de “paulistas” e “baianos”. Entretanto, em termos de povoações “paulistas”, Prado Jr. (1961) afirmou que essas deram-se de forma intensa, com grandes contingentes populacionais vindos do Sul, a partir da descoberta das minas no final do século XVII - primeiramente de ouro na porção sul de Minas Gerais, seguida das diamantíferas na porção central do atual estado, quando o Norte já se encontrava ocupado pelos “baianos”. Então, as disputas entre essas frentes se deram de forma intensa, mas as relações entre minas e sertões também aconteceram de forma contraditória.

De toda forma, o que sobressai nos estudos históricos é que essas frentes de colonização, que territorializavam os sertões e as minas, tornaram-se fronteiras políticas e

³ Nas considerações de Fernanda Moraes (2006), no início do século XVIII, os “paulistas”, descobridores das minas, estavam estabelecidos nos arraiais que iam de Caeté a São João del-Rei. Atraídos pelas riquezas, os emboabas - portugueses, baianos e pernambucanos, também chamados de reinóis e forasteiros - chegaram em grande número nessa área e disputaram as minas. A disputa por ouro e pelo poder – a guerra foi, acima de tudo, uma disputa política em torno dos principais cargos e postos da administração montada na região – levou a conflitos armados e à escolha, em 1707, de um emboaba para governador à revelia da coroa portuguesa.

⁴ A margem esquerda do rio São Francisco pertencia, à época, à capitania de Pernambuco. Destaque-se que o foi que considerado pelo autor como o “sertão” da Bahia na época colonial, hoje é o norte (vale do rio São Francisco) e o nordeste de Minas (vale do rio Jequitinhonha). Esse processo também vinha se dando no atual nordeste de Minas Gerais, também Bahia à época.

econômicas, bem como de formações sociais⁵ e culturais⁶ de apropriação do mundo material, ou seja, por diferentes opções de sociedade e tipos culturais prevaletentes, visto que os portugueses também não eram homogêneos. Fronteiras pressupõem fluxos - de pessoas, de produtos, de informações e de dinheiro. Esses fluxos já ocorriam e foram intensificados durante o processo de ocupação das áreas tanto das minas, como dos sertões adjacentes. Além disso, como fronteiras, entrecortavam-se, não sendo possível delimitar o sertão. Entretanto, esse processo teve efeitos na atual configuração territorial do estado e em suas dimensões políticas e socioculturais.

No período colonial a área das minas descobertas, em Minas Gerais, pertenceu à Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709 a partir de sua separação do Rio de Janeiro, com vistas ao maior controle da área após a Guerra dos Emboabas. Posteriormente, em 1720, essa área tornou-se Capitania de Minas Gerais, passando a partir daí a incorporar os sertões do norte e nordeste do atual estado (que, em boa medida, estavam até então sob o domínio da Bahia)⁷. No Império, tornou-se Província de Minas Gerais (1820), e, na República, estado de Minas Gerais. Alguns autores entendem que o termo gerais refere-se à generalização das minas (SANTOS e SEABRA, 2018) e, outros, que se refere ao termo campos geraes, numa referência aos sertões dos geraes – incluindo o norte e nordeste de Minas Gerais.

Moraes (2006) destacou que, nas duas primeiras décadas do século XVIII, ocorreu na atual Minas Gerais a reestruturação dos limites da capitania (1709 e 1720), assim como a criação das nove primeiras vilas (1711-1730) e das quatro primeiras comarcas (1714 e 1720). Tais processos constituíram a expressão da estrutura político-administrativa e judiciária básica implantada, pontuada pelo estabelecimento de registros, passagens e guardas patrulhas. A sede da capitania instalou-se, estrategicamente, em Vila Rica (atual Ouro Preto), por ser considerada a localização mais central das principais áreas mineradoras. Ao longo do Império, essas comarcas foram sendo desmembradas, com a criação de municipalidades e regiões.

⁵ Podendo ser, de acordo com Acselrad (2004, p.15), configurada pela desigual distribuição de poder sobre os recursos materiais, que tem como base a produção da diferenciação social dos indivíduos a partir de práticas historicamente constituídas, das quais se nutrem as dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedades.

⁶ Operações de significação da natureza em que se constrói o mundo social. Pois, para além do modo de apropriação produtivo movido pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social de indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados que integram o processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas (ACSELRAD, 2004, p.15).

⁷ Segundo Prado Jr. (1961), Minas Novas (cidade do Vale do Jequitinhonha) também pertencia à Bahia, tendo se tornado parte de Minas Gerais somente em 1757. Contudo, a jurisdição eclesial continuou com o arcebispo da Bahia até o século XIX (p.197), o que demonstra variação na lógica político-administrativa e eclesial.

Ou seja, junto com as minas veio a ordem, a maior presença da Coroa portuguesa e a disputa entre os capitalistas para controlar os cargos políticos e as possibilidades de acumulação de dinheiro via monopolização das terras, das minas e do comércio de mercadorias. Destaque-se que esse processo de configuração territorial de Minas Gerais também teve efeitos na dimensão política dessas fronteiras, expressos nos movimentos de separatismo nos séculos seguintes. Isso indica que essas disputas políticas não cessaram.

A esse respeito, Martins (2010, apud COSTA, 2017) afirmou que a primeira tentativa de separação deu-se em 1823, no início do Império, quando o norte de Minas ainda pertencia a Pernambuco e Bahia. Segundo Pires (2006), as demais tentativas foram protagonizadas pelas oligarquias norte mineiras e se deram em campanhas pela criação do Estado de Cabralia (1967 – 1968); do Estado de São Francisco (1987-1988); e do Estado de Minas do Norte (2000-2002).

Na compreensão de Pereira (2007), esses três processos foram protagonizados pelas elites norte-mineiras e considerou que a ideologia regionalista serviu como estratégia para a realização dos grandes projetos de desenvolvimento no norte de Minas, sendo o regionalismo uma forma da visão de mundo de parte da burguesia regional e instrumento de conquista e exercício de sua hegemonia sobre os demais grupos sociais⁸.

Já na dimensão sociocultural, os estudos de João Batista de Almeida Costa (2017), tendo por base o vale do São Francisco, demonstraram como se deu a hierarquização mineira em relação ao sertão norte-mineiro ao longo do tempo e de como isso ainda se faz presente. Sua análise colocou em questão a “identidade mineira” homogeneizadora e subalternizadora na relação com o norte de Minas Gerais, no plano político e simbólico-cultural. A reflexão do autor apontou como essas diferenças estão expressas em vários aspectos contrastivos, como as expressões linguísticas, a culinária, a arquitetura, o ethos político, entre outros.

Isso também sugere a não homogeneidade dos grupos portugueses que colonizaram o Brasil, assim como daqueles que foram por eles escravizados. Destacamos aqui, também, a análise de Servilha (2015), que demonstrou como a ação do Estado, em Minas Gerais, a partir de meados do século XX, construiu regionalmente o “Vale do Jequitinhonha” e sua estigmatização como o “vale da miséria”.

⁸ Haesbaert (1988, p.26) chamou atenção de que o regionalismo “seria um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionados sempre a um dado território através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses – de natureza político-econômica e/ou de identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação política) – frente aos interesses da classe dominante a nível de Estado-nação. São diferentes formas de resistência ou “arranjo” frente à dominação/homogeneização imposta por outros níveis sociais de organização político-territorial (nacional ou supranacional), sem as quais a região não existiria, já que sua delimitação geográfica é dada pela área que aglutina e consolida estes interesses”.

Ressalte-se as implicações econômicas de tais processos, visto os nexos de todas essas dimensões na ação prática. Na atualidade, essas duas “mesorregiões” de Minas Gerais (Norte e Vale do Jequitinhonha) têm o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2010) e a maior concentração fundiária (DATALUTA, 2012) do estado. De forma contraditória, o norte e o nordeste de Minas Gerais têm mais de um terço da (33%) população camponesa de Minas Gerais (SEAPA-MG, 2014). Destaque-se também que essas regiões são fortemente marcadas por alianças entre a Igreja Católica, o Estado e as classes dominantes (RIBEIRO, 2010).

É notável a existência dessa dualidade ainda no presente, porém com atualização de sentidos e práticas sociais, visto que houve no século XX alterações em relação à produção, comercialização e circulação de mercadorias nessas áreas, o que gerou também alteração de centralidades e na divisão territorial do trabalho no âmbito da industrialização do campo brasileiro. De toda forma, há fronteiras nessa relação, que são flexíveis, não são limites rígidos, com ocorrência de fluxos e contra-fluxos de diversas ordens (mercadorias, pessoas, sentidos atribuídos, relações de poder político-econômica, entre outros). Portanto, a nosso ver, a análise de tais processos relacionais deve considerar as dualidades dialéticas em transformação ao longo do tempo.

A REALIDADE DA ÁREA ANALISADA NA ATUALIDADE: ENTRE A “SERRA” E OS “SERTÕES”

Do ponto de vista do contexto colonial, nossa análise se dá sobre a área das “minas” próximas da atual cidade de Diamantina, na relação com os “sertões” dos vales do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha. No contexto atual, a área analisada está no encontro das Minas com os Gerais considerando os planos político e socioculturais. Ou seja, está nas fronteiras entre as minas e os sertões – entre os “paulistas” e os “baianos” de outrora; entre as Minas e os Gerais – mineiros e geraizeiros de hoje –, sendo essas identidades contrastivas enunciadas por sujeitos atuais. Conforme mapa 01, a seguir, essa área localiza-se no centro do estado, entre o norte e o nordeste de Minas Gerais, abrangendo três mesorregiões de planejamento estatal atuais (IBGE, 2012).

Nas considerações de Pires (2006, p.18), as mesorregiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri encaixam-se em uma regionalização quantitativista fruto de uma associação de microrregiões homogêneas. A Fundação João Pinheiro e o Instituto de Geografia Aplicada (IGA) são os órgãos responsáveis pela regionalização no Estado de Minas Gerais, a qual partiu de uma concepção baseada em agrupamento de dados estatísticos a

depende dos objetivos que se quer regionalizar, sendo que, no caso das mesorregiões citadas, foi o de se definir região de planejamento, priorizando-se especialmente o fim administrativo e desconsiderando-se os processos históricos.

Destaque-se, ainda, que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha fazem parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que promove ações específicas de “combate à seca”. Na atualidade, as três mesorregiões estão inseridas no “semiárido mineiro”, com ações empreendidas pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

Na conjuntura atual, para as comunidades, o “sertão” é uma referência, sem limites claros definidos, mas situado nas fronteiras com a “serra”. Ou seja, dá-se de forma contrastiva e relacional, atualizando sentidos e práticas sociais que têm raízes nos processos vividos referenciados no período colonial. Isso ocorre mais especificamente na face ocidental marcada pelas escarpas do planalto diamantino na vertente sanfranciscana da Serra do Espinhaço em sua porção meridional, onde por diversas vezes, ouvi, durante os trabalhos de campo de nossa pesquisa: “eu sou sertanejo, moro no sertão”.

Por outro lado, a face oriental, localizada nas “beiras do Jequitinhonha”, com a mesma altitude, não é considerada atualmente “sertão”, como nos explicou um morador: “não, lá não é sertão, lá é o Jequitinhonha. Terra de garimpo onde já levamos muito gado pra vender. Também lá não é tão seco...é diferente, é diferente”. Mas essas áreas já foram consideradas “sertões” antes de se tornarem “minas”, como também, conforme visto nas obras analisadas, o próprio vale do Jequitinhonha já foi considerado “sertão” no contexto colonial.

Quando vão subir a “serra” - percurso que geralmente fazem a cavalo com ausência de estradas -, os moradores anunciam: “agora estamos saindo do sertão e subindo a serra. A serra não é sertão, é diferente, é mais fresco, tem mais água. É onde a gente fica tranquilo, com liberdade, sem ninguém pra incomodar”. Note-se que, para esses sujeitos, a serra não é vista como a terra das “minas”, onde outrora prevalecia a escravidão de sujeitos de origem africana. Portanto, é outro contexto, e as fronteiras foram sendo redesenhadas e ressignificadas ao longo do tempo/espaço.

O “sertão” também é uma referência para os moradores das comunidades localizadas sobre a “serra”: “O sertão? Fica na terra do baxio, lugar bom de plantar roça. É lá pros lados de Curimataí, Pé-de-Serra...lá é o sertão. Tenho muitos parentes lá. A gente vai em muita festa lá também, já fizemos plantio com eles, tem gente até que tem terra aqui e lá embaixo, porque é parente, né?”. Aqui, como se nota, além da localização, há menção às relações sociais camponesas estabelecidas entre os grupos e com a terra – “terra de parentes”.

Ainda que a “serra”, na compreensão desses sujeitos atuais, não seja nem “sertão” e nem “minas”, nas suas encostas ocorre atualmente exploração de jazidas minerais por empresas mineradoras e garimpeiros. A “serra”, para esses sujeitos atuais, figura como o entre-lugar em que eles conseguiram se territorializar fora da subalternização aos latifundiários do “sertão” e aos “donos do garimpo de diamante”, sujeitos pertencentes às atuais elites econômicas e políticas.

Além disso, no contexto atual, é sobre a “serra”, geralmente, que se encontram as terras de uso comum de boa parte dessas comunidades agrárias, onde elas exercem sua existência e suas práticas nessa construção social (MONTEIRO, 2019). Na serra, essas comunidades criam gado e praticam agricultura, como já se fazia no período colonial, revelando que não só no “sertão” se cria gado. Algo a se ressaltar é que a enunciação da “identidade sertaneja” é comumente proferida com orgulho e tenacidade, como um posicionamento de reafirmação de resistência e de não de subordinação ao Outro. Esse Outro, que subordina o outro-sertanejo, é reposicionado, no contexto atual, na posição contraditória, não mais frente somente às minas, mas a diferentes imposições da conjuntura atual.

A esse respeito, Hannerz (1997) discorreu sobre a apropriação e resignificação de um termo que até então era utilizado para desqualificar e subordinar. Ao mesmo tempo, como visto, se posiciona em contraste e como forma de se diferenciar. Hannerz propôs a compreensão da cultura como processo, como movimento, que traz a ideia de fluxos materiais e imateriais no tempo/espaço. Se há fluxos, há também contra-fluxos e multiculturas coexistindo, como também multacentralidades, não apenas centro e periferia. O autor questionou a origem das coisas, que estão sempre sendo apropriadas e resignificadas. Entretanto, ele ressaltou que há que se considerar a assimetria de poder entre os fluxos como, por exemplo, a modernidade, que disseminou normas e formas institucionais centrais pelo globo.

As fronteiras e os fluxos questionam, portanto, a pureza cultural. Com base nas disjunções da modernidade (APPADURAI, 1990) e nos contra-fluxos culturais (HANNERZ, 1997), pode-se compreender a identidade sertaneja⁹ como uma resposta dos sujeitos do lugar, que dela se apropriaram e a resignificaram, à ordem estabelecida. Os sujeitos submetidos

⁹ Quijano (2005) alertou para as identidades geoculturais atribuídas e constituídas no tempo/espaço. As narrativas identitárias são constituídas em relação *ao outro*, atribuindo-lhe uma significação de inferioridade e desqualificação (MONTERO, 1997) como primitivo, ultrapassado e degradador, a ser civilizado/colonizado pelo desenvolvimento moderno e sustentável, e, com isso, desde já, produzindo uma diferença cultural intencional e hierarquizadora de poder.

apropriam-se das atribuições hegemônicas e as ressignificam, trazendo outros elementos para o debate, e, nesse movimento, a identidade é acionada.

Para Hannerz (1997) é na relação com o outro que se dá a identidade em toda a sua dimensão política de mobilização de grupos. Geralmente, ela implica em pertencimentos atribuídos, que podem se transformar em instrumento de exclusão social, oriundo dos dominantes, ou serem ressignificados (interpretações e significações locais) pelos excluídos e acionados em sua luta por direitos, poder e acesso a recursos materiais. Nesse processo, há reivindicações e produção de significados, pois a identidade trata-se de um discurso no qual um se revela no outro (CUNHA, 1985).

Nesse sentido, Gupta e Ferguson (2000) afirmaram que a cultura e a produção de identidades são processos históricos, relacionais e dialéticos. A cultura é uma elaboração processual, não é autônoma e nem fixa num determinado lugar. Tratam-se de culturas, social e economicamente interligadas, mas com diferenças produzidas e exploradas a partir das relações sociais históricas. A diferença cultural é, pois, produto de um processo histórico compartilhado, que diferencia o mundo ao mesmo tempo em que o conecta. As identidades, por sua vez, correspondem aos discursos políticos produzidos por grupos sociais em determinado contexto. Assim, os autores questionam o isomorfismo de “um só território, uma só cultura”, tratando-o como narrativa de dominação exercida por Estados e elites nacionais, pois distintos grupos estão incluídos e subordinados economicamente, embora muitos estejam excluídos socialmente, o que remete, novamente, à assimetria de poder.

Por outro lado, o uso atual dessa noção por planejadores estatais pode valer-se da referência histórica e também atualizá-la. A esse respeito Moraes (2009), ao analisar os contextos atuais, ressaltou que se deve ter em conta que o “sertão” é um símbolo imposto em certos contextos históricos que cria imagens classificatórias, às quais se associam atribuições culturais geralmente (mas não necessariamente) negativas, as quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação de porções [territoriais] enfocadas. Não por acaso, essas atribuições são utilizadas em narrativas estatais sobre a necessidade de projetos que modernizem o “atraso do sertão”. Neste caso, essa noção pode ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas públicas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade.

O autor ressaltou ainda tratar-se, o “sertão”, de termo usado comumente como referencial de localização e comparação, dentro de um conjunto de referências, conforme o horizonte geográfico qualificador, onde ganha destaque a questão da escala, como a de distâncias. Essa comparação traz em si a ideia de diferença, que incide diretamente sobre os

lugares e seus habitantes, como outros povos, tidos como exóticos, sendo recorrente a acentuada localização não-urbana, que marca os sertanejos pela ruralidade, pela vida agrária e extrativa [coleta vegetal], com imagens associadas a “roças”, e pela ocupação dispersa, estranha às cidades. Dessa forma, o sertão pode ser assim concebido como uma porção do território não urbanizado, como morada de “caboclo”, quilombola, etc., “nos termos contemporâneos, o habitat das hoje chamadas populações tradicionais” (MORAES, 2009, p.96).

Na visão de Moraes (2009), essa visão de sertão atravessou o século XX e perdura na atualidade em movimentos de incorporação de novas porções do território, sendo requalificado a cada época segundo os interesses político-econômicos vigentes a cada “onda de ajustes [de porções] periféricas” (p. 97, grifos nossos). Ou seja, sob a perspectiva estatal colonizadora, sendo o sertão “uma figura do imaginário da conquista territorial, (...) um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão” (idem). De forma que a denominação sertaneja se refere a áreas de fronteira da ocupação nacional em cada conjuntura considerada: “Transformar esses fundos territoriais em [porções] do território (...) é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país” (idem, p.96-97, grifos nossos).

E por que não a face oposta complementar do “desenvolvimento sustentável” – a preservação ambiental através da natureza intocada - em que os moradores locais devem ser retirados, para se manter o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 1996)? Ou seja, a colonização interna manteve-se na lógica territorial do século XXI no país para ordenar “devidamente” esses “fundos territoriais” e garantir o “progresso do país”, como ocorre na área analisada (MONTEIRO, 2011).

Nesse sentido, compreende-se que as lógicas coloniais também se atualizam e, nesse processo, podem usar projetos modernizadores para transformar, nos termos de Moraes (2009), os “fundos territoriais” desses grupos em porções apropriadas/utilizadas pelo Estado moderno da sociedade produtora de mercadorias, criando, inclusive, mecanismos jurídicos que viabilizem tal transformação. Isso se confirma na realidade analisada na qual “projetos” públicos e privados incidem sobre as terras ancestrais das comunidades que vivem entre a serra e os sertões.

Numa outra perspectiva, na memória coletiva desses grupos, sempre houve interação entre as comunidades do “sertão” e da “serra”, incluindo, ainda hoje, casamentos e relações de parentesco e compadrio (WOORTMANN, 1994). Como também a relação entre essas

localidades com aquelas localizadas nas “beiras do Jequitinhonha”, em décadas recentes, ocorria nas trocas de produtos (bois levados do “sertão” para comercialização) e no deslocamento para o trabalho (ida ao “sertão” para abertura de área nas grandes fazendas). Por outro lado, atualmente nessa porção da calha do rio Jequitinhonha, as “beiras”, encontram-se quilombos, ocorrendo fluxo de pessoas e comunicação com relações de proximidade e afinidade.

Trata-se, assim, de uma ampla gama de comunidades agrárias, enquanto unidades territoriais (BOMBARDI, 2004), cuja territorialidade dá-se na relação serra-sertões adjacentes de outrora, levando-se em conta o processo de formação territorial da área em questão, que foi marcado pelos fluxos/contra-fluxos de diversas ordens (mercadorias, pessoas, sentidos atribuídos, relações de poder político-econômica, entre outros), ocorridos entre esses grupos, ao longo do tempo/espaço, nos permitindo compreender a gênese desses grupos nas fronteiras entre as minas e os sertões, de outrora, do norte e nordeste de Minas Gerais – de forma relacional e em transformação.

Nesse sentido, em termos das comunidades agrárias, duas dinâmicas atuais são marcantes: as relações de parentesco e de proximidade entre as comunidades localizadas sobre a “serra” e as do “sertão”, ou a dualidade “serra-sertão”; e a dinâmica dos quilombolas localizados na calha do rio Jequitinhonha, da nascente sobre a “serra” até as margens ou “beiras do Jequitinhonha”, na divisa dos municípios de Diamantina e Olhos D’Água. Dessa forma, essa porção meridional do Espinhaço está na fronteira daquilo que caracterizou as lógicas de formação territorial de Minas-Gerais, conferindo particularidades à gênese dos grupos analisados (descendentes de indígenas, africanos e lusitanos, sendo que as duas últimas referências chegaram a essas terras no período da colonização dessa área).

Se outrora as dinâmicas de comercialização eram estabelecidas pela via “sertão”-Jequitinhonha, ou pelos casamentos da “serra” com o “sertão”, que continuam a acontecer, no atual contexto, essa relação não é mediada somente pelos produtos e pelo parentesco, mas também pela ação política (CHAUÍ, 1982). Atualmente, comunidades agrárias desses três recortes territoriais (“sertão-serra-beiras do Jequitinhonha”) marcam as territorializações desses grupos e se articulam em lutas comuns desde 2010.

LUTAS SOCIOTERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

No atual contexto, as comunidades agrárias, nos três recortes espaciais, marcam as territorializações desses grupos. Ressalte-se que reconhecer tais dinâmicas não significa fixar essas realidades, já que ocorrem variações dentro do agrupamento “sertão – serra – beiras Jequitinhonha”, mas reconhecer a configuração territorial identificada e, que, não por acaso, é destacada pelos sujeitos envolvidos. Essa geografia dos “apanhadores de flores”, como se autodefinem, se realiza entrecortada por fluxos e fronteiras, sendo que comunidades se articulam em lutas comuns desde 2010 através de uma comissão, a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas [Apanhadoras de Flores Sempre-vivas] (Codecex)¹⁰.

Além disso, ressalte-se que há “apanhadores de flores” quilombolas e não quilombolas, o que têm ensejado diversidade interna no movimento socioterritorial (OLIVEIRA, 2005) lançando mão de estratégias comuns e diferenciadas na arena política. Há, portanto, uma configuração territorial das comunidades e também entre estas unidades/diversidades, que lutam conjuntamente pela manutenção das terras ancestrais e o direito de livre uso da biodiversidade, nelas territorializada, por meio de normas reguladoras e do direito de acesso baseado nos costumes (THOMPSON, 1998).

Para compreender tal processo é preciso levar em conta a lógica de reprodução social desses sujeitos, que alimenta suas lutas atuais. Nessa perspectiva, no que tange ao modo de vida (MARQUES, 1994) das(os) apanhadoras(es) de flores sempre-vivas, há elementos comuns presentes na lógica de reprodução social desses sujeitos, atualmente territorializados em extensa área, considerando dezenas de comunidades agrárias analisadas presentes em pelo menos 15 municípios que inclusive possuem relações entre si, o que as aproxima enquanto uma formação social e cultural de apropriação do mundo material.

Em geral ocorre a localização de casas nas cotas mais baixas, no sopé da Serra, ao redor das áreas onde se localizam os campos das formações campestres do cerrado¹¹, que encontram-se nas cotas mais elevadas da Serra, onde localizam-se as terras de uso comum e as terras de uso coletivo, quando é o caso (MONTEIRO, 2019). Nas comunidades localizadas nas cotas mais elevadas, as casas podem estar entre os campos nativos. A lógica de reprodução social dessas comunidades conjuga cultivo-criação-coleta e, em alguns casos, a

¹⁰ Comissão de comunidades apanhadoras de flores criada em 2010, que atua em 7 municípios, até então. Ela tem como prioridade a manutenção das terras ancestrais e modo de vida das comunidades apanhadoras de flores, assim como reconhecimento e respeito social (Codecex, 2014).

¹¹ Onde há predominância das fitofisionomias campos rupestres, campos sujos e campos limpos do cerrado, segundo classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), baseada na obra de Ribeiro *et al.* (2008).

pesca e a caça para a alimentação familiar, sendo regida pelas estações do ano e ocorre a transumância¹² das famílias, contornando limites e explorando potencialidades ambientais.

Na prática, isso se traduz em “roças” com policultivos (ocorre presença da prática da “roça-de-toco” ou “coivara”, podendo se valer do uso de rotação com pousio para a reposição natural da fertilidade dos solos); quintais agroflorestais com alta densidade de espécies alimentares e criação de animais de pequeno porte de raças “caipiras” ao redor das casas; criação de animais rústicos de grande porte, valendo-se dos campos nativos nas cotas elevadas; e coleta/manejo de espécies da flora para fins diversos, como plantas ornamentais para comercialização, das quais as “flores sempre-vivas” é componente fundamental¹³. Pode ocorrer, em certos contextos, complementação de renda monetária por meio de trabalho temporário externo (fotos 1 a 6, a seguir).

Fotografias 1 a 6 com cenas do cotidiano das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas



Foto 1: Coleta de flores sempre-vivas

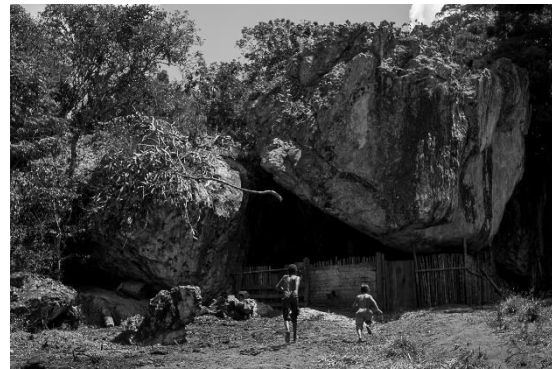


Foto 2: “Lapas” de uso familiar.

¹² Refere-se, aqui, às migrações sazonais das famílias, que ocorrem, sobremaneira, no período da “seca” para colher espécies ornamentais, nativas dos campos rupestres do cerrado, e cuidar dos animais (transumantes). Nessa época do ano (em geral entre abril e outubro), ocorre também o deslocamento sazonal dos rebanhos para os campos nativos da Serra, quando esses agroambientes oferecem melhores condições de pastoreio aos animais por conservarem umidade por maior período (MONTEIRO, 2019).

¹³ A chamada “panha” (como definem a coleta) consiste na prática de agroextrativismo vegetal, que envolve tanto a coleta das flores sempre-vivas e dos botões (são cerca de 90 espécies dessas inflorescências) quanto de dezenas de espécies de frutos nativos, folhagens, sementes, etc. vindos de distintos ambientes de coleta (localmente definidos, como campos, serras, serrinhas, boqueirões, etc.) a depender da época do ano e da demanda. As chamadas flores sempre-vivas são nativas dos campos rupestres do cerrado e dizem respeito ao termo popularizado para essas inflorescências, que, depois de colhidas e secas, conservam sua forma e coloração.



Foto 3: Seleção de sementes de feijão



Foto 4: Colheita de cultivo de milho



Foto 5: Manejo do gado bovino

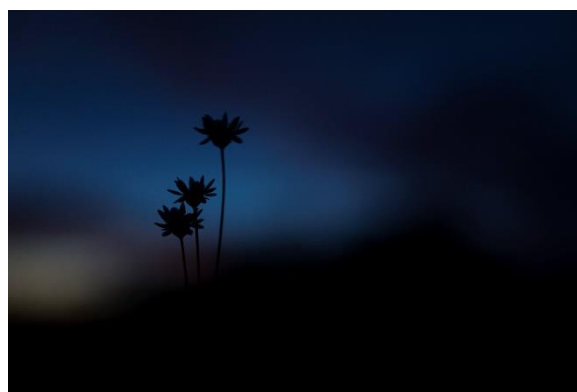


Foto 6: “Flores sempre-vivas” em campo

Fonte: J. Ripper (2015).

Desse modo, essas comunidades manejam a totalidade dos agroambientes (MONTEIRO, 2019)¹⁴ contidos nas diferentes altitudes da serra (entre 600 metros, onde predominam casas, quintais e roçados, e 1.400 metros, onde predominam campos usados para pastoreio e coleta de “flores”), conformando uma territorialidades (SACK, 1986) específicas (ALMEIDA, 2006). A flora e a fauna nativas são amplamente reconhecidas pelos moradores, considerando seus hábitos, habitat e ocorrência, bem como seus múltiplos usos e significados. Os usos desses agroambientes foram desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos de interação com os mesmos e são ancorados numa ampla compreensão de dinâmicas ecológicas e ciclos naturais, com amplo conhecimento intergeracional associado, que viabilizam estratégias econômicas diversificadas com ausência ou baixo uso de insumos externos.

Nesse sentido, a reprodução social das comunidades apanhadoras de flores não se realiza sem a apropriação e o uso combinado das terras altas e terras baixas, com os diversos agroambientes que as compõem, onde estão contidos os recursos territorializados necessários,

¹⁴ Partindo de Ribeiro (2010), aqui compreendemos os *agroambientes* como ambientes naturais com saberes/conhecimentos locais/tradicionais associados, que são transformados continuamente, possibilitando usos agrícolas diversos e economia das famílias ao longo do tempo/espço (MONTEIRO, 2019).

motivo pelo qual lutam pela manutenção de suas terras ancestrais. As estratégias agroalimentares e econômicas construídas estão, pois, ancoradas: nessa combinação de agroambientes, nos conhecimentos transmitidos pela oralidade e atualizados ao longo de gerações, na cultura alimentar que prioriza certas variedades de sementes e raças, no uso familiar e comunitário da água, da terra e do recurso genético agrícola adaptado às condições edafoclimáticas locais.

A unidade territorial das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas é construída a partir das relações sociais que ali se territorializaram num espaço delimitado, sendo que ela forma e também é formada pela identidade territorial (BOMBARDI, 2004), numa relação dialética. Isto é, pelo sentimento de pertencimento àquela unidade (social com base territorial), forjada no trabalho e na sociabilidade das relações que esses sujeitos estabelecem entre si e com o meio ao longo do tempo, envolvendo redes de parentesco, proximidade e etnicidade.

Já no processo de luta conjunta, expressa-se a autodefinida como “apanhadores de flores sempre-vivas”, que se apresentou/adentrou a arena política em 2010. Esta refere-se, portanto, à identidade coletiva, que expressa vínculos territoriais das diferentes unidades territoriais articuladas entre si e em movimento numa luta socioterritorial comum. Compreendemos que ela se revela na relação com o Outro, reivindica direitos historicamente negados e busca legitimidade social na manutenção das terras ancestrais. Assim como aporta sentidos e modos de vida calçados na ancestralidade, na tradição, constantemente reelaborada e ressignificada no presente, e na cultura, que constituem a comunidade que se pauta por elas (CUNHA, 1985).

Assim, as comunidades possuem modo de vida semelhante, bem como princípios de organização e formas de sociabilidade, ou seja, particulares numa totalidade em movimento. Tais elementos comuns concretizam uma forma específica de solidariedade e coesão social, que alimentam a resistência e, portanto, os costumes, por exemplo, frente às ameaças de cercamentos das terras ancestrais. Essa resistência dá-se dentro do processo contraditório de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1991), em que há monopolização do território e territorialização de monopólios (OLIVEIRA, 2016)¹⁵.

¹⁵ Considerando os aportes de Chesnais (1996), que apresentou a raiz sociopolítica desse momento da história do capitalismo assentada na aliança de classe da burguesia capitalista em nível mundial, Oliveira (2016) apontou esse processo na agricultura, em que a territorialização dos monopólios atua simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Já a monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que, sem produzir no campo, controlam, por meio de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo.

Assim, a lógica de apropriação territorial, que envolve as terras ancestrais e os elementos nelas territorializados (água e biodiversidade), ancora a luta conjunta frente ao capital mundializado. Destaque-se que é comum a ausência de títulos das terras ancestrais por parte das comunidades, o que reforça que esses sujeitos foram reiteradamente negligenciados pelo Estado ao longo do tempo (SILVA, 2008).

Concretamente, tem-se, na conjuntura atual, numa perspectiva hegemônica, a pecuária bovina em extensos latifúndios situados sobretudo nas cotas mais baixas; monocultivos de eucalipto para a produção de carvão vegetal nas cotas mais elevadas e sobre as chapadas contíguas da Serra; mineração de metais e pedras ornamentais nas encostas da Serra, que se intensificaram na última década; mineração de diamantes e mesmo ouro, por empresas privadas nacionais e internacionais localizadas, sobremaneira, nas proximidades do rio Jequitinhonha; e envase de água mineral na vertente sanfranciscana em fase de instalação.

Há ainda forte concentração de parques naturais (unidades de conservação de proteção integral da natureza) nas cotas mais elevadas da Serra justificados, sobretudo, pelos endemismos de flora e fauna, abundância hídrica e beleza cênica da paisagem e como medida de “compensação ambiental” de empreendimentos capitalistas (MONTEIRO, 2011). Forjadas no imaginário urbano (DIEGUES, 2001), as unidades de conservação de proteção integral demandam a retirada de antigos moradores de seu interior. Em se tratando do **Brasil**, comumente essas unidades de proteção integral são materializadas em áreas agrárias e revelam a contradição entre a sociedade capitalista urbano-industrial e a natureza.

Os sujeitos das comunidades atingidas pelos processos acima mencionados de territorialização do capital¹⁶ (sendo comum ser atingido ao mesmo tempo por mais de um processo de cercamento) promoveram levantes (expressos em protestos e resistências locais contra as proibições impostas pela implantação de parques), desde 2007, na luta pela manutenção das terras sob seus domínios. Posterior a isso, seguiram-se outros levantes combinados à natureza da exploração (tentativa de implantação de mineração, monocultivo de eucalipto e na relação com fazendeiros) em cada uma das comunidades.

Desde então pleiteiam por meio da Codecex o reconhecimento por direitos. Tal movimentação alcançou desde o reconhecimento oficial de três comunidades quilombolas até o reconhecimento inédito no Brasil, em 2020, do reconhecimento de seis comunidades como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial pela Organização das Nações Unidas

¹⁶ Refere-se à territorialização do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2005).

para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), o que lhes conferiu visibilidade internacional e contou com o apoio de parceiros para tal pleito conquistado¹⁷.

Compreendem-se, pois, como movimento socioterritorial moderno, visto que faz da luta por direitos a essência de sua ação (OLIVEIRA, 2005a, p.162). Refere-se a um movimento socioterritorial, aproximando-se, de certa forma, daquilo conceituado por Fernandes (1994), na medida em que sua práxis realiza a espacialização da luta, com as ações de formação, manifestações, etc., e a territorialização da luta por meio das “retomadas territoriais” (que diz respeito a voltar a ocupar/fazer uso de áreas que foram cercadas, trata-se de retomar as terras ancestrais). Ou seja, a luta não é para entrar na terra, mas para se manter nas terras ancestrais com as quais têm profundos vínculos territoriais e que estão sob o ataque de faces renovadas de cercamentos.

Destaque-se que esses sujeitos passaram por um processo de articulação e de saída, conjuntamente, da “invisibilidade política” - outrora necessária à sobrevivência, sobretudo para aqueles que buscavam escapar da escravidão. Ao mesmo tempo, os demais também estavam, em boa medida, invisíveis aos olhos do Estado, tanto em nível estadual e federal. Dessa forma, a luta comum nesta comissão foi inicialmente marcada pela negação - ou saída - da invisibilidade perante o Estado e a sociedade mais ampla.

Por um lado, na relação com o Estado, a saída da invisibilidade encontrou consideráveis obstáculos, visto que tais sujeitos em luta questionam o planejamento estatal, sobretudo do zoneamento ecológico-econômico, que previu parques sobre suas terras ancestrais, além de mineração, produção de carvão vegetal e agropecuária. Por outro lado, foi necessário sair da invisibilidade também perante outros movimentos socioterritoriais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha (sindicais e ligados à Via Campesina, bem como agentes de pastorais católicas), em que houve um “estranhamento” seguido de reconhecimento, acolhimento e solidariedade.

Nesse sentido, a existência desses sujeitos nas fronteiras entre Minas e Gerais, faz-se também nas fronteiras das dinâmicas de movimentos sociais camponeses territorializados no norte e nordeste de Minas Gerais. Destaque-se que tais movimentos foram ancorados a partir dos trabalhos das “Comunidades Eclesiais de Base” desenvolvidas pelas pastorais da Igreja Católica (sobretudo Comissão Pastoral da Terra), nas dioceses que assim permitiram, destacadamente a de Montes Claros (Norte de Minas) e de Araçuaí (Vale do Jequitinhonha),

¹⁷Disponível em: <http://www.fao.org/giahs/giahsaroundtheworld/proposed-sites/latin-america-and-the-caribbean/agricultural-heritage-system-in-serra-do-espinhaco-meridional-in-minas-gerais/en/> (acesso em 15 de março de 2020).

após a abertura política da década de 1980, tendo sido, em boa medida, a base dos movimentos camponeses sindicais e de luta pela terra nessas áreas. Reside aí essa “regionalização” e ressalta-se que a Diocese de Diamantina nunca permitiu tal trabalho de base, pelo contrário, assumiu posição conservadora (RIBEIRO, 2010). Portanto, ao passo que os movimentos do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha já interagiam há décadas, os sujeitos políticos da “serra-sertão”, que se levantavam, ainda eram desconhecidos.

Destacadamente, os movimentos sociais do Norte de Minas foram de grande importância para os/as apanhadores de flores sempre-vivas – esses que adentravam pela primeira vez a arena política formalizada pelo Estado, em que pesem todas as dificuldades enfrentadas, desde linguagens, códigos e assimetrias de que, em geral, valem-se os agentes de Estado nos confrontos, ainda colonizadores. Destaque-se que parte dos movimentos localizados no atual Norte de Minas já lidava com compreensões e noções atuais que permearam a arena política na defesa de direitos, tal qual o conceito de “povos e comunidades tradicionais”, uma agenda política presente em legislações federais desde o início do século XXI.

A aliança entre esses movimentos vem se dando através da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, criada desde 2011, que congrega o levante de diferentes povos e camponeses¹⁸ e da qual as apanhadoras(es) de flores participam desde 2012. As(os) Apanhadora(es) integram ainda o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais desde 2016 (com posse em 2018) e a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais desde 2017, ambos colegiados oficiais junto aos governos federal e estadual, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das comunidades agrárias no Espinhaço Meridional desvela a luta de camponeses e quilombolas, que lá habitam há tempos, pela manutenção de terras sob seu domínio. A realidade das comunidades apanhadoras de flores insere-se no contexto atual do campo brasileiro, em movimento e em transformação, no qual feições camponesas variadas, quilombolas e indígenas respondem a pressões de diversas ordens. Expressam-se particularidades como parte da totalidade das dinâmicas territoriais atuais por meio de lutas

¹⁸ Nome dado em homenagem a um cacique do povo Xacriabá morto por latifundiários do Norte de Minas. Além do povo indígena Xacriabá, participam dessa rede os geraizeiros, catingueiros, veredeiros, vazanteiros, quilombolas e apanhadores de flores sempre-vivas.

socioterritoriais, que trazem em comum a luta por suas terras ancestrais e pela manutenção de seus modos de vida.

Tem-se, como pano de fundo a questão fundiária brasileira, enquanto produto sócio-histórico, em que tais grupos foram sistematicamente excluídos. Tais lutas possuem dinâmicas socioterritoriais relacionais entrecortadas por dimensões político-econômicas, socioculturais e ambientais bem como expressam a diversidade sociocultural e a produção e reprodução da existência em condições desiguais, como ocorre nas fronteiras da “serras-sertões” por entre as Minas e os Gerais.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, A. W.B. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. In: Coleção “**Tradição e ordenamento jurídico**”, Manaus, AM: PPGSCA-UFAM: Fundação Ford, vol.2, 2006, p.21-99.

APPADURAI, A. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: Mike Featherstone. **Cultura Global**. 1990. (Tradução em Mike Featherstone (Org.) Cultura Global).

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa**. 1. ed., v. 1., São Paulo: Anna Blume, 2004.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1982.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMIG e IGC/UFMG. **Projeto Espinhaço**. Belo Horizonte/MG, 1997, (CD-ROM).

COSTA, J. B. de A. Cerrados Norte Mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural**. Goiânia: Vieira, 2005.

COSTA, S.H.G. “**Recantilados**”, *entre o Direito e o Rentismo*: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

CUNHA, M. C. **Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DATALUTA. 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2012.pdf (acessado em fevereiro de 2019).

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

- FERNANDES, B.M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- HAESBAERT, R. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HANNERZ, U. Fluxos, Fronteiras, Híbridos, Palavras-Chave da Antropologia Transnacional. In: **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol.3, n. 1, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, p.7-39, 1997.
- HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.A. e SPOSITO, E.S. (Org.) **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 271-290, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**, 2010.
- ISNARDIS, A. Entre as Pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. Suplemento 10. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- MACHADO FILHO, A. M. **Arraial do Tijuco**: cidade Diamantina. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MARQUES, M. I. M. A. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Riberira-PB**. Tese (Doutorado), São Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.
- MARX, K. **Introdução para a crítica a economia política**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/admin/correio.htm>. Acessado em: 15, out. de 2009.
- MONTEIRO, F. T. **Nas fronteiras das Minas com o Gerais**: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG)**: travessias e contradições ambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.
- MORAES, A. C R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. 1. ed., v. 1, São Paulo: Annablume, 2011.
- _____. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. 1. ed., v. 1, São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, F. B. de. **A rede urbana das Minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- NEVES, E. F. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**, v. 39, n.1, São Paulo: USP, 1996.
- OLIVEIRA, A.U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

- _____. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, p. 465-534, 2005a.
- _____. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, v. 64, São Paulo, p. 156-172, 2005b.
- PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- PIRES, W. P. **O movimento emancipacionista de Minas do Norte**: uma identidade territorial em questão. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.227-278.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática (O território e o poder), 1983.
- RIBEIRO, A. E. M. As histórias dos gerais. In: RIBEIRO, A. E. M. (org.). **Histórias dos gerais**. v. 1, Belo Horizonte: UFMG, p. 23-42, 2010.
- RIBEIRO, R. F. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, J.V.A. e HENRIQUES, M.S. (Org.) **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, populações, movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
- _____. **Florestas anãs do Sertão**: o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RESENDE, M. E. L. **História de Minas Gerais**: a Província de Minas Gerais. v.1. São Paulo: Autêntica, 2007.
- SAADI, A. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. In: **Geonomos**, vol. 3, n. 1, 1995, p. 41-63.
- SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. M. D. dos. e SEABRA, M. C. T. C. de. **Patrimônio toponímico na cartografia histórica de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG.
- SERVILHA, M. de. M. **Quem precisa de região?**: o espaço (dividido) em disputa. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.
- THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.
- WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1994.

Artigo recebido em: 01 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 24 agosto de 2022.

Artigo publicado em: 24 de agosto de 2022.